



**ACÓRDÃO Nº 94/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10131/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anamã.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. Paulo Garcia das Chagas - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5820/2016-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 548/552).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anamã. Exercício de 2013.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Anamã, exercício de 2012, sob a responsabilidade do **Sr. Paulo Garcia das Chagas**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa ao Sr. Paulo Garcia das Chagas**, responsável pela Câmara Municipal de Anamã, exercício de 2012, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares apontadas no bojo da presente Proposta de Voto, quais sejam:
  - 9.2.1. Violação aos dispositivos constantes na Resolução nº 05/2008 – TCE/AM, que regulamenta os atos de concessão de diárias;
  - 9.2.2. Violação ao disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, em vista da ausência de realização de Concurso Público para provimento de cargo de Contador para a Câmara Municipal de Anamã;



**ACÓRDÃO Nº 94/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 9.2.3.** Violação ao disposto no art. 7º, art. 21, art. 38, art. 43, art. 60 e art. 61, da Lei n.º 8.666/199, uma vez que não houve a apresentação das Planilhas de Custos Unitários;
- 9.2.4.** Violação ao disposto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal n.º 6.496/1977 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução n.º 425/1998 do CONFEA, uma vez que não houve apresentação das ART's relativas à Execução e à Fiscalização das Obras;
- 9.2.5.** Violação ao Princípio da Publicidade, insculpido no *caput* do artigo 37, da Constituição Federal, em vista da ausência de publicação do despacho de homologação e adjudicação do Termo de Contrato n. 06/2012;
- 9.2.6.** Violação ao artigo 67 e do artigo 73, inciso I, alínea "a", ambos da Lei nº 8.666/93, em vista da ausência do Ato que instituiu a Comissão de Inspeção e Fiscalização das Obras e Serviços de Engenharia, e, conseqüentemente, não é possível identificar o atesto da comissão de fiscalização;
- 9.2.7.** Ressalta-se que o valor da multa deve ser recolhido na esfera estadual para o órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares apontadas nos Itens I e II da presente Proposta de Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02;
- 9.3. Considerar em Alcance o Sr. Paulo Garcia das Chagas** no montante de **R\$ 171.015,21** (cento e setenta e um mil, quinze reais e vinte e um centavos), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM, da seguinte forma:
- 9.3.1. R\$ 45.350,00** (quarenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais), a título de diárias concedidas para atender as necessidades do Poder Legislativo de Anamã, ao longo do exercício financeiro de 2012, em vista da ausência de elemento idôneo para comprovar a finalidade da viagem desses parlamentares, não havendo justificativas para proceder com o pagamento de verbas indenizatórias às custas dos cofres públicos, sem a efetiva



**ACÓRDÃO Nº 94/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

comprovação destes deslocamentos e do exercício da atividade pública;

**9.3.2. R\$ 125.665,21** (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos), uma vez que não restou comprovada a real execução dos serviços objeto do mesmo, não existindo meios probatórios que demonstrassem o atendimento do objeto mesmo com a devida fiscalização realizada por esta Corte de Contas por intermédio de seu Órgão Técnico (DICOP) e mesmo com as defesas e registros fotográficos apresentados;

**9.3.3.** Ressalta-se que o montante em alcance deve ser recolhido na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Anamã, no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor do julgamento em alcance deverá ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

**9.4. Determinar** a instauração da cobrança executiva contra o **Sr. Paulo Garcia das Chagas** caso não haja o recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

**9.5. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção da Câmara Municipal de Anamã, verifique se a atual gestão adotou as providências necessárias para realização de concurso para provimento do cargo de contador, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal. Ressaltando que, em caso de descumprimento, deve ser aplicada multa ao responsável;

**9.6. Determinar** que Ministério Público do Estado do Amazonas seja representado para adoção das medidas pertinentes no que entender cabível.

**10- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de Fevereiro de 2017

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.



**ACÓRDÃO Nº 94/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral